

ÍNDICE

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS	2
1. RELATÓRIO DA DIRETORIA	3
1.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	4
1.2. CONJUNTURA ECONÔMICA	4
1.3. DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL.....	5
1.3.1. <i>Produção e Comercialização</i>	5
1.3.2. <i>Produtividade</i>	6
1.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	6
1.5. INVESTIMENTOS	7
1.6. MEIO AMBIENTE	7
1.7. NOVOS EMPREENDIMENTOS	9
1.7.1. <i>Usina Presidente Médici / Fase C (Candiota III) – Mina de Candiota</i>	9
1.7.2. <i>Mina do Leão II</i>	9
1.7.3. <i>Mina do Iruí</i>	10
1.8. GESTÃO ADMINISTRATIVA	10
1.9. CAPITALIZAÇÃO	11
1.10. PERSPECTIVAS	12
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS.....	14
2.1. BALANÇO PATRIMONIAL	15
2.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	17
2.3. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO.....	18
2.3.1. <i>Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa</i>	19
2.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2011	19
2.5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	20
2.5.1. <i>Contexto Operacional</i>	20
2.5.2. <i>Principais Contas e Práticas Contábeis</i>	20
2.5.2.1. <i>Apuração do Resultado</i>	20
2.5.2.2. <i>Demais Contas a Receber</i>	20
2.5.3. <i>Estoques</i>	21
2.5.4. <i>Empréstimos e Depósitos Compulsórios</i>	21
2.5.5. <i>Investimentos</i>	22
2.5.6. <i>Imobilizado</i>	22
2.5.7. <i>Demais Contas a Pagar</i>	24
2.5.8. <i>Empréstimos e Financiamentos</i>	24
2.5.9. <i>Provisão para Contingências</i>	25
2.5.10. <i>Tributos Federais a Recolher</i>	26
2.5.11. <i>Patrimônio Líquido</i>	27
2.5.11.1. <i>Capital Social</i>	27
2.5.11.2. <i>Remuneração do Capital Próprio</i>	27
2.5.11.3. <i>Reserva de Reavaliação</i>	27
2.5.12. <i>Demonstração do Resultado</i>	28
2.5.13. <i>Contribuição Social e o Imposto de Renda</i>	29
2.5.14. <i>Provisão para Impostos Diferidos</i>	29
2.5.15. <i>Ajustes para fins de comparabilidade</i>	29
2.5.16. <i>Cobertura de Seguros</i>	30
2.5.17. <i>Plano de Previdência - Contribuição Definida</i>	30
2.5.18. <i>Mudança de Estrutura da Demonstração do Resultado</i>	30
2.5.19. <i>Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)</i>	31
3. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	32
4. PARECER DO CONSELHO FISCAL	35
5. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	37

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS

Diretoria (*)

Elifas Marion Kerller Simas
Márcio Lopes Cairuga
Eduardo Martins Medeiros

Diretor Presidente
Diretor Administrativo
Diretor Técnico

Conselho de Administração (**)

• Membros Titulares

Claudemir Bragagnolo
Elifas Mariom Kerller Simas
Baltazar Balbo Garagorri Teixeira
Marcelo Tuerlinckx Danéris
Carlos Eduardo Grisolia da Rosa
Flavio Koutzii

Presidente

• Membros Suplentes

Mari Elisabeth Trindade Machado
Elisabete Magali Grando Barbosa
Ilsa Maria Praxedes do Canto
Carlos Robério Garay Corrêa
João Victor de Oliveira Domingues

Conselho Fiscal (***)

• Membros Titulares

Andrew Carvalho Pinto
Dilce Abgail Rodrigues Pereira
Cleber Palma Domingues
Álvaro Rodrigo Woiciechoski
Vicente Paulo de Oliveira

Presidente

• Membros Suplentes

Luciane Sant'Anna Peralta
Carlos Artur Hauschild
Antônio Geraldo de Souza Henriques Filho
Lauro Roberto Lindemann Hagemann
Fábio Silva Machado

(*) Eleição e posse em 18.01.2011

(**) Eleição e posse em 18.01.2011

(***) Eleição e posse em 06.04.2011

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA

1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2011, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração - CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, 610, em Porto Alegre - RS, com Unidades Mineiras em operação nos Municípios de Minas do Leão e Candiota, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

1.2. Conjuntura Econômica

O ano de 2011 foi marcado por uma sensível desaceleração da economia nacional diante do crescimento de 2010. Os ajustes promovidos pelo Governo visando conter uma escalada dos índices inflacionários no início do ano e, mais tarde, os reflexos de uma redução do consumo em função da crise fiscal que se instalou na Europa, ocasionaram essa desaceleração. A expectativa de um crescimento em 2011 de 4,6% do PIB no início do ano não foi alcançada. Alguns analistas consideram, inclusive, que o Brasil tenha atingido uma recessão técnica no segundo semestre, encerrando 2011 com um crescimento econômico de 2,7%.

No que se refere ao Setor Carvão, não se confirmaram nenhuma das grandes expectativas para 2011, ficando o carvão mineral impedido de competir no leilão de energia nova (A-5) realizado no segundo semestre de 2011.

1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Durante 2011 a CRM operou com a produção da Mina de Candiota programada para o mínimo contratual de 275.000 t/mês ou 3.300.000 t/ano de carvão CE 3.300 no abastecimento da Usina Termoeletrica Presidente Médici – UPME, Fase A + B + C, da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE. No entanto, problemas operacionais nas Fases A + B e de ajustes na Fase C limitaram este fornecimento durante todo o exercício, o que sem dúvida prejudicou o desempenho operacional da CRM. A Mina de Candiota encerrou o ano com um fornecimento à UPME/CGTEE de 2.008.980 t , ou seja, aproximadamente 60% do programado.

Na Mina do Leão, o fornecimento à Usina de São Jerônimo se manteve no mínimo contratual de 6.500 t/mês, durante todo o ano. Esta unidade passou por uma profunda revisão nos seu planejamento operacional em busca de uma maior rentabilidade, o que restringiu a oferta de seus produtos ao mercado por carvão termoeletrico no Estado de Santa Catarina.

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

CARVÃO VENDÁVEL (t)

TIPO	2007	2008	2009	2010	2011	VARIAÇÃO % 2011 / 2010
CE 6300	1.843	0	0	0	0	0,00
CE 5500	17.156	0	0	0	0	0,00
CE 5200	2.421	44.704	50.053	53.277	12.195	-77,11
CE 4700	0	0	13.155	0	0	0,00
CE 4500	20.319	30.168	15.433	8.002	942	-88,23
CE 4200	50.648	44.406	53.136	39.092	46.923	20,03
CE 3300	1.816.958	1.636.709	1.661.920	1.699.102	2.000.466	17,74
CE 5200*	0	1.300	19.179	15.831	0	-100,00
CE 4200*	0	0	1.615	643	2.301	257,85
CE 5500*	0	47.551	0	1.583	4.797	203,03
ROM	0	5.946	0	0	0	0,00
TOTAL	1.909.345	1.810.784	1.814.491	1.817.530	2.067.624	13,76

*Carvões Finos

1.3.2. Produtividade

A produtividade do exercício de 2011 continuou sendo determinada pela limitação nas encomendas efetuadas pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica- CGTEE, em função de problemas operacionais internos da Usina Termelétrica Presidente Médici - UPME no período. O cálculo mantém os mesmos critérios adotados anteriormente, ou seja, considera também todos os serviços que são terceirizados em atividades meio.

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Carvão Vendável (t/ano)	1.909.345	1.810.784	1.814.491	1.817.530	2.067.624
Total Homem/dia	88.403	87.461	83.504	83.483	109.702
PCV * (t/H/d)	21,60	20,70	21,73	21,77	18,85

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações financeiras dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:

DADOS COMPARATIVOS DA CRM					
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Bruta Anual	90.544.305	92.549.022	97.557.110	105.861.897	149.481.715
Receita Líquida Anual	86.247.346	86.711.894	91.382.960	99.741.480	142.682.298
Custos dos Prod. Vendidos	53.904.599	53.418.346	61.954.381	67.641.658	78.520.447
Resultado Bruto	32.342.747	33.293.548	29.428.579	32.099.822	64.161.851
Despesas Operacionais	15.761.669	17.591.729	12.553.010	17.218.415	35.913.413
Res. Oper. antes Res. Financ.	16.581.078	15.701.819	16.875.569	14.881.407	28.248.438
Resultado Financeiro	-10.719.645	-11.160.605	-12.608.717	-13.168.955	-43.031.041
Resultado Operacional	5.861.433	4.541.214	4.266.852	1.712.452	-14.782.603
Investimentos	8.960.917	20.086.567	13.412.074	23.969.737	23.049.975
Produção carvão ROM (t)	1.894.849	1.886.063	2.013.187	2.015.205	2.207.739
Pessoal Próprio	356	348	344	401	402

Valores históricos em reais

DADOS COMPARATIVOS DA CRM					
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Bruta Anual	113.786.417	106.608.432	114.007.095	111.152.043	149.481.715
Receita Líquida Anual	108.386.458	99.884.467	106.791.866	104.725.776	142.682.298
Custos dos Prod. Vendidos	67.741.546	61.533.293	72.401.068	71.021.857	78.520.447
Resultado Bruto	40.644.912	38.351.274	34.390.797	33.703.919	64.161.851
Despesas Operacionais	19.807.583	20.264.143	14.669.686	18.078.856	35.913.413
Res. Oper. antes Res. Financ.	20.837.329	18.087.131	19.721.111	15.625.063	28.248.438
Resultado Financeiro	-13.471.306	-12.856.047	-14.734.787	-13.827.036	-43.031.041
Resultado Operacional	7.366.023	5.231.084	4.986.324	1.798.027	-14.782.603
Investimentos	11.261.124	23.137.980	15.673.605	25.167.556	23.049.975
Produção carvão ROM (t)	1.894.849	1.886.063	2.013.187	2.015.205	2.207.739
Pessoal Próprio	356	348	344	401	402

Valores em reais de 31/12/2011, com base na variação do IGP-DI/FGV.

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2011 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infra-estrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram R\$ 23,0 milhões. Estes recursos são oriundos da própria geração de caixa da CRM.

1.6. Meio Ambiente

Foram mantidos e incrementados, no ano de 2011, os trabalhos de recuperação de áreas mineradas nas unidades mineiras da CRM. Destaque para o

avanço ocorrido na Mina de Candiota, onde foram recuperados 14 hectares a mais do que a área impactada no ano. Na Mina do Leão, a área São Vicente Norte também apresentou avanço significativo nas áreas recuperadas.

O viveiro de arbóreas nativas, implantado em Candiota, passou a abastecer com mudas as duas unidades mineiras da CRM.

A CRM recebeu da FEPAM, no final do ano, os Termos de Referência que irão permitir o início da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para as áreas da Jazida de Candiota na qual a CRM possui concessões de pesquisa e lavra.

No quadro a seguir, podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais, nos últimos cinco anos, nas unidades mineiras da CRM :

Obs.valores acumulados, em hectares.

			2007	2008	2009	2010	2011
MALHAS IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA		433	448	461	477	507
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		374	395	413	420	456
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		364	386	398	410	454
MALHA II (Candiota)	ÁREA IMPACTADA		356	356	356	356	356
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		356	356	356	356	356
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		356	356	356	356	356
MALHA I (Candiota)	ÁREA IMPACTADA		65	65	65	65	65
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		54	54	54	54	59
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		13	28	41	47	58
BOA VISTA (Leão)	ÁREA IMPACTADA		41	41	41	41	41
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		20	26	26	26	26
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		15	15	21	21	21
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	ÁREA IMPACTADA		-	7	13	27	39
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		-	0	3	5	11
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		-	0	1	3	9
TOTAIS CRM	ÁREA IMPACTADA	Total	895	917	936	966	1.008
		Incremento		+2,45%	+2,07%	+3,20%	+4,34%
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	Total	804	831	852	861	908
		Incremento		+3,36%	+2,53%	+1,06%	+5,46%
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	Total	748	791	817	837	898
		Incremento		+5,75%	+3,29%	+2,45%	+7,29%

1.7. Novos Empreendimentos

Embora prejudicadas pela não participação do carvão mineral no Leilão A – 5 realizado ao final de 2011 foram mantidas tratativas e ações de apoio e colaboração ao desenvolvimento de novos projetos termelétricos em solo gaúcho, principalmente na jazida de Candiota. Estas tratativas deverão ter seguimento em 2012 visando aumentar a participação do carvão mineral na matriz de geração de energia elétrica nacional.

É a seguinte a situação dos demais empreendimentos que a CRM participa:

1.7.1. Usina Presidente Médici / Fase C (Candiota III) – Mina de Candiota

A CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica é proprietária da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME, Fases A e B, com capacidade instalada de 446 MW, localizada no município de Candiota (RS). Esta unidade geradora é abastecida com carvão mineral que a CRM produz na Mina de Candiota. Nos últimos anos foram consumidas, em média, 2 milhões de toneladas/ano de carvão CE-3300. Com sua participação no leilão de compra e venda de energia nova promovido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica em dezembro de 2005, a CGTEE viabilizou a implantação da Fase C da UPME, com capacidade de mais 350 MW de energia. Para prover todo o carvão que o complexo termelétrico passou a consumir (UPME Fases A + B + C), a partir de novembro de 2010, a Mina de Candiota aumentou sua capacidade de produção para 275.000 t/mês ou 3,3 milhões de toneladas/ano, o que representou um incremento em mais de 100%. Durante 2011, em função de problemas operacionais ocorridos na UPME, sua produção ficou limitada a pouco mais de 2 milhões de toneladas/ano.

1.7.2. Mina do Leão II

A Mina do Leão II permanece arrendada à Carbonífera Criciúma S.A., que vem efetuando o pagamento do valor de “royalties” mínimo estabelecido no contrato de arrendamento. Sua entrada em operação deverá propiciar à CRM o recebimento de “royalties” quando da venda do carvão produzido, bem como permitir

a geração de renda e emprego na região. Sem abrir mão da propriedade dos títulos minerários e das instalações mineiras e, contando com garantias contratuais contra eventuais insucessos no projeto de retomada da Mina do Leão II, a CRM buscou uma solução racional para o aproveitamento dos recursos investidos em instalações e equipamentos naquela unidade mineira.

1.7.3. Mina do Iruí

A CRM, durante 2011, continuou efetuando estudos geológicos e tratativas visando a implantação de uma nova unidade mineira para o abastecimento de empreendimentos de geração termoeletrica na região do Município de Cachoeira do Sul.

1.8. Gestão Administrativa

Durante o ano de 2011 esta Companhia procurou, através de ações nas Superintendências e nas diversas Gerências, alterar algumas políticas a fim de se adequar às diretrizes propostas pelo Governo do Estado, com o objetivo de cumprir metas, sempre aliadas à missão de pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado, visando, ao final de todo e qualquer processo o fortalecimento da Companhia como empresa pública.

Em primeiro lugar buscou-se a diminuição dos apontamentos dos órgãos auditores e fiscalizadores, diminuindo-se o fracionamento de compras, realizando-se treinamento interno inclusive com participação de agentes da CAGE e Tribunal de Contas do Estado, realizando-se auditoria em determinados contratos, aprimorando-se o controle dos contratos pelos gestores, entre outras ações.

Com vistas a diminuição de apontamentos também houveram diversas adequações internas na Companhia, como enquadramento de todos os veículos da empresa ao Decreto nº 45.571/10, formalização de uma política interna de patrocínios, com obediência aos termos do Decreto nº 48.188/11, instalação do relógio ponto em cumprimento à Portaria do Ministério Público do Trabalho, culminando na uniformização do ponto de todas as unidades da Companhia e,

ainda, uma determinação para que diminuísse consideravelmente a utilização da Carta Convite como modalidade licitatória.

Ainda, se buscou de forma bastante intensa aprimorar a política para desenvolvimento dos Recursos Humanos com vistas à valorização dos colaboradores, através da realização de Pesquisa de Satisfação, implantação do Programa de Treinamentos e Desenvolvimento, melhorias no local de trabalho, aperfeiçoamento das atividades de ginástica laboral, estudos sobre jornada de trabalho, negociação com os Sindicatos para readequações na política salarial da empresa nos acordos coletivos do trabalho, entre outros.

Além disso, houveram diversas ações visando a economia e racionalização de custos. Dentro desta meta encontram-se a redução da cota para utilização de celulares, a redução da concessão de patrocínios e a redução de veículos para viagem.

Na área da tecnologia da informação esteve em pauta a reformulação e modernização do site e da intranet, bem como uma melhor adequação e desenvolvimento de alguns módulos do sistema de ERP CIGAM.

Por fim, destaca-se que os esforços da Diretoria, juntamente com todo o corpo funcional, estão sempre de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, na busca de melhorias para a Companhia e todo o Estado do Rio Grande do Sul.

1.9. Capitalização

Durante o exercício de 2011 a CRM negociou junto ao seu acionista controlador, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Junta de Coordenação Financeira da Secretaria da Fazenda/RS, um processo de capitalização dos créditos que o Estado detinha junto à CRM oriundos de avais honrados e juros sobre o capital próprio pendentes desde 2004 e sua respectiva atualização monetária. Em decorrência desta negociação, foram reconhecidas no balanço deste exercício, despesas financeiras no montante de R\$ 27,3 milhões, ocasionando um prejuízo contábil da ordem de R\$ 16,9 milhões. Este processo deverá ser finalizado durante o exercício de 2012, após a promulgação da respectiva Lei. Estas providências permitirão uma melhora significativa no perfil do Passivo Exigível da Companhia ao mesmo tempo em que aumentará seu Patrimônio Líquido

e, em decorrência, aumentará a base de cálculo do limite máximo para futuros pagamentos de juros sobre o capital próprio para seus acionistas, o que deverá ocorrer com o incremento de receita originário do fornecimento para a Usina Candiota III.

A capitalização também proporcionará melhores condições para a CRM captar recursos junto ao próprio Mercado de Capitais visando atender futuros investimentos atrelados a novos projetos termoeletricos em estudo na Jazida de Candiota.

1.10. Perspectivas

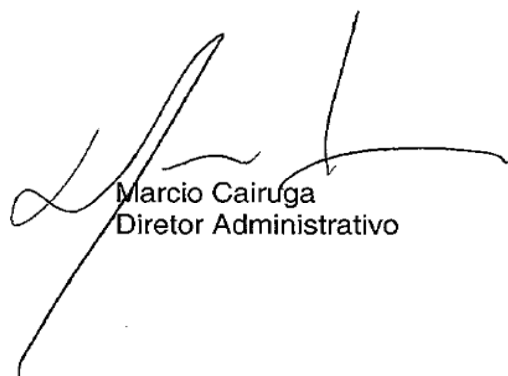
A crise energética vivida pelo país em 2001 mostrou claramente a necessidade de fontes complementares de energia elétrica, principalmente termelétrica, em um sistema essencialmente hidrelétrico, como o Sistema Interligado Nacional - SIN, de modo a regulá-lo. Este sistema, com base nos estudos realizados pela Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE, continuará necessitando da expansão da geração termelétrica, ainda mais que significativa parte dos projetos de usinas hidrelétricas previstos não vem conseguindo obter o licenciamento ambiental necessário. Por sua vez, a Petrobrás informou aos empreendedores habilitados com projetos de usinas a gás no último leilão de energia nova A-5, realizado ao final de 2011, que não teria condições de garantir aos mesmos a oferta de suprimento do combustível necessário. Como fontes alternativas restam, portanto, além do carvão mineral, projetos de usinas eólicas e de biomassa, as quais não oferecem disponibilidade de energia firme. Outro fator importante a considerar por questões elétricas é a localização da Jazida de Candiota, no extremo sul do SIN. Esta situação geográfica permite uma geração elétrica com usinas térmicas a carvão em condições de propiciar uma maior segurança operacional e uma significativa redução de perdas elétricas na distribuição desta energia, além de favorecer uma possível exportação de energia aos demais países do extremo sul do continente. Assim, a fonte carvão, por ser disponível e nacional, portanto, sem o dispêndio de divisas e independente de questões políticas externas, deveria ser incentivada embora haja questões ambientais envolvidas. Dentro de uma perspectiva sustentável e não passional, usinas termoeletricas a carvão representam menos de 2% de um setor,

que como um todo, é responsável por 1,5% das emissões de gás carbônico (CO²) do país. A adoção de uma política racional para o carvão mineral nacional propiciará excelentes perspectivas futuras para a CRM em um horizonte não muito distante, já que é detentora dos direitos minerários das maiores e mais economicamente competitivas reservas de carvão do país.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2011



Elifas Simas
Diretor Presidente



Marcio Cairuga
Diretor Administrativo



Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico

2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2011 e 2010

2.1. Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2011	2010
Circulante	101.903	63.592
Disponibilidades	36.123	22.945
Contas a receber de clientes	12.123	11.858
Demais contas a receber (nota 2.5.2.2)	20.448	19.565
Estoques (nota 2.5.3)	13.654	8.825
Despesas do exercício seguinte	19.555	399
Não Circulante	251.994	234.601
Realizável a longo prazo	3.001	3.806
Devedores por aquisição de imóveis	26	18
Empréstimos, depós.compulsórios (nota 2.5.4)	2.975	3.788
Investimentos (nota 2.5.5)	54	54
Custo	4.026	4.026
(-) Provisão para perda	(3.972)	(3.972)
Imobilizado (nota 2.5.6)	248.939	230.741
Custo	404.289	381.634
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(116.474)	(112.017)
(-) Provisão para perda	(38.876)	(38.876)
Total	353.897	298.193

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Passivo	2011	2010
Circulante	100.926	56.939
Fornecedores	6.026	6.691
Salários e encargos sociais	2.527	1.217
Impostos e contribuições sociais	9.252	1.859
Provisão para contingências (nota 2.5.9)	2.340	447
Demais contas a pagar (nota 2.5.7)	21.897	6.535
Juros sobre o capital próprio	58.884	40.190
Não Circulante	139.455	110.299
Empréstimos e financiamentos (nota 2.5.8)	108.149	86.780
Contribuição social	111	535
Provisão para contingências (nota 2.5.9)	2.322	4.056
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.14)	6.232	6.388
Tributos federais a recolher (nota 2.5.10)	22.641	12.540
Patrimônio líquido	113.516	130.955
Capital social (nota 2.5.11.1)	235.430	235.430
Reserva de reavaliação (nota 2.5.11.3)	12.169	12.472
Prejuízos acumulados	(134.083)	(116.947)
Total	353.897	298.193

2.2. Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita bruta das vendas	149.482	105.862
(-) Impostos sobre vendas	(6.800)	(6.120)
Receita líquida de vendas	142.682	99.742
(-) Custo dos produtos vendidos	(78.520)	(67.642)
Lucro bruto	64.162	32.100
Despesas / Receitas operacionais	(35.040)	(17.219)
Comerciais	(1.430)	(1.090)
Gerais e administrativas	(20.410)	(17.910)
Outras despesas	(185)	(1.336)
Despesas indetutíveis	(17.580)	0
Outras receitas (nota 2.5.12 c)	4.565	3.117
Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras (nota 2.5.18)	29.122	14.881
Resultado financeiro líquido (nota 2.5.12 a/b)	(43.031)	(13.169)
Resultado do exercício antes da reversão da provisão	(13.909)	1.712
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	(13.909)	1.712
Contribuição social (nota 2.5.13)	(587)	0
Imposto de renda (nota 2.5.13)	(1.559)	0
Resultado antes da reversão dos juros sobre capital próprio	(16.055)	1.712
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.11.2)	0	1.712
Participação dos empregados no Resultados das Operações (nota 2.5.19)	(874)	-
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	(16.929)	3.424
Prejuízo/Lucro por lote de mil ações do capital social	(3,61)	0,73

2.3. Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo Líquido do Exercício	(16.929)	3.424
Ajustes:		
Depreciações/Exaustões/Amortizações	4.456	3.612
Custo das baixas do ativo imobilizado	-	902
Juros e Variações Monetárias ativas	108	(121)
Juros e Variações Monetárias passivas	34.139	16.641
Reversão Provisão para contingencias fiscais	(2.491)	(905)
Reversão Provisão para contingencias trabalhistas	(446)	122
Provisão tributárias, Trabalhistas e outras	3.097	511
Provisão para impostos e contribuições sociais	2.146	462
Lucro líquido ajustado	24.080	24.648
Variações no ativo:		
(Aumento) contas a receber de clientes	(265)	(2.925)
(Aumento) estoques	(4.829)	(723)
(Aumento) outras contas a receber	(17.918)	(4.012)
(Aumento)/Redução créditos tributários	(998)	4.033
Variações no passivo:		
Aumento/(Redução) fornecedores	(665)	2.829
(Aumento)/Redução impostos e contribuições	5.666	(1.180)
Aumento contingencias trab. e cíveis	-	45
Aumento contribuições sociais a recolher	5.154	-
Aumento outras contas a pagar	15.605	3.187
(Aumento)/Redução tributos parcelados de Longo Prazo para Curto Prazo	5.171	(447)
(Redução) Demais Contas exigível a longo prazo	(666)	(254)
	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	30.335	25.201
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos	5.924	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	5.924	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(23.081)	(23.969)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(23.081)	(23.969)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	13.178	1.232
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.945	21.713
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.123	22.945

2.3.1. Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A variação no caixa e equivalentes de caixa foi à seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>Variação</u>
Disponibilidades	<u>36.122</u>	<u>22.945</u>	<u>13.177</u>
Caixa	24	35	(11)
Disponibilidades em bancos	1.810	5.765	(3.955)
Aplicações financeiras	34.230	17.135	17.095
Numerário em transito	58	10	48

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2011

Em milhares de reais

Saldos	Capital Social Subscrito	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2009-Ajustado	235.430	12.784	(119.131)	129.083
Realização da reserva de reavaliação	-	(472)	472	-
Realização tributos diferidos s/res.reaval	-	160	-	160
Juros sobre o capital próprio	-	-	(1.712)	(1.712)
Lucro líquido do exercício	-	-	3.424	3.424
Em 31 de dezembro de 2010-Original	235.430	12.472	(116.947)	130.955
Ajuste de Exerc.Anteriores (nota 2.5.15)	-	-	(667)	(667)
Em 31 de dezembro de 2010-Ajustado	235.430	12.472	(117.614)	130.288
Realização da reserva de reavaliação	-	(460)	460	-
Realização tributos diferidos s/res.reaval	-	157	-	157
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	(16.929)	(16.929)
Em 31 de dezembro de 2011	235.430	12.169	134.083	113.516

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011.

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e à longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.5.2.2. Demais Contas a Receber: R\$ 20.448 mil (R\$ 19.565 mil em 2010), compondo-se basicamente de:

- a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 2.455 mil (R\$ 1.818 mil em 2010), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE ocorrer com o imposto diferido;

- b) Adiantamento a Fornecedores - R\$ 40 mil (R\$ 25 mil em 2010);
- c) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R\$ 4.767 mil (R\$ 2.308 mil em 2010);
- d) Aplicações Caixa Único - R\$ 211 mil (R\$ 5.160 mil em 2010);
- e) IRPJ/CSLL a compensar - R\$ 10.996 mil (R\$ 8.702 mil em 2010).

2.5.3. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, esta avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Carvão	<u>8.842</u>	<u>4.956</u>
Produtos Acabados	1.742	1.551
Produtos em Elaboração	7.100	3.405
Almoxarifado	4.812	3.869
Total	<u>13.654</u>	<u>8.825</u>

2.5.4. Empréstimos e Depósitos Compulsórios: R\$ 2.975 mil (R\$ 3.788 mil em 2010), tendo como valores mais relevantes:

- a) Depósitos relativos aos processos nº. 2000.71.00.00.18583-1 - INSS, no valor de R\$ 964 mil (R\$ 964 mil em 2010) e nº. 98.00.324011 - 1ª. vara de execução fiscal, no valor de R\$ 0 mil (R\$ 44 mil em 2010);

- b) Depósitos para Garantia de Juízo Trabalhista referentes a diversos processos, no valor de R\$ 916 mil (R\$ 1.525 mil em 2010);
- c) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717 mil (R\$ 717 mil em 2010).

2.5.5. Investimentos

O valor total de R\$ 54 corresponde a: R\$ 10 em ações da subsidiária integral Companhia Operadora de Mineração - COM, R\$ 23 em ações e quotas noutras empresas e R\$ 21 em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição.

2.5.6. Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. No exercício de 2011 a Companhia procedeu novamente à revisão da vida útil econômica dos bens existentes do ativo imobilizado atendendo a lei 11.638/07 de CPC 27 e CPC 04 revisto pela empresa Ferrari Organização e Avaliações Patrimoniais Ltda. e ficou concluído que não houve mudança da vida útil das espécies e das taxas de depreciação atual.

a) Provisão para Perda

Conforme demonstrado a seguir, permanece com uma “Provisão para Perda com Ajuste a Valor de Mercado”, constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Demonstrativo do Imobilizado:

ITENS	SALDO EM 2010	ADIÇÕES	RECLASSIFICAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS	DEPREC./EXAUSTÃO	SALDO EM 2011	Taxas de depreciação anual em %
Terrenos e Terras	1.968	0	0	0	0	1.968	0
Terrenos e Terras-Reaval.	5.650					5.650	0
Prédios de Uso/Residenciais	10.273	0	0	18	0	10.291	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reaval.	2.849					2.849	0,03 a 6,81
Jazidas e Horto Florestais	10.114	0	0	0	0	10.114	0,19 a 2,50
Equip.de Produção	95.150	11.331	0	0	0	106.481	0,06 a 100,00
Equip.de Produção-Reaval.	17.000					17.000	2,23
Equip.de Manutenção	2.383	41	0	0	0	2.424	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	8.577	8	0	0	0	8.585	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	1.287	95	0	0	0	1.382	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	7.770	880	0	0	0	8.650	0,27 a 45,99
Instalações	17.441	14	0	0	0	17.455	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	481	0	0	0	0	481	3,71 a 100,00
Bens em Operação	180.943	12.369	0	18	0	193.330	
Deprec./Exaustão Acumulada	(112.018)	0	0	0	(4.456)	(116.474)	0
Subtotal	68.925	12.369	0	18	(4.456)	76.856	
Imobilização em Andam.	200.692	10.712	(427)	(18)	0	210.959	
Direitos em Formação	3.853	0	0	0	0	3.853	0
Bens em Formação	196.412	10.712	0	(18)	0	207.106	0
Adiant.compras Permanente	427	0	(427)	0	0	0	0
Subtotal	269.617	23.081	(427)	0	(4.456)	287.815	
Ajustes a Valor de Mercado	(38.876)	0	0	0	0	(38.876)	0
Total	230.741	23.081	(427)	0	(4.456)	248.939	

Foi reclassificado o valor de R\$ 427 mil de adiantamento para compras de ativo imobilizado do grupo permanente para o ativo circulante de 2010 para 2011.

O valor do imobilizado em formação refere-se, na sua maior parte, ao projeto em implantação da Mina do Leão II, que atualmente encontra-se arrendada pela CRM à Carbonífera Criciúma S/A.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, continuará sendo realizada para a conta de prejuízos acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.

De acordo com a Lei n.º 6.404/76 e Pronunciamento Técnico CPC 01, a Companhia realizou análise da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens. O estudo demonstrou que o valor do ativo imobilizado é recuperável, não havendo perda a ser registrada.

2.5.7. Demais Contas a Pagar: R\$ 21.897 mil (R\$ 6.535 mil em 2010), compondo-se basicamente de:

- a) Aluguéis e contas a pagar - R\$ 88 mil (R\$ 86 mil em 2010);
- b) Provisões para encargos sociais - R\$ 3.829 mil (R\$ 3.182 mil em 2010);
- c) Retenções de empregados a recolher - R\$ 544 mil (R\$ 503 mil em 2010);
- d) Adiantamento de clientes - R\$ 17.390 mil (R\$ 2.726 mil em 2010).

2.5.8. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic, quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa.

	Taxa média anual de juros e comissões	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Moeda estrangeira - US\$ 145 mil - 2010 US\$ 146 mil - 2011	Libor 3 meses + 0,8125 % a.a.	274	241
Moeda nacional	Tr-Selic + jr 1%	<u>107.875</u>	<u>86.539</u>
Total		<u>108.149</u>	<u>86.780</u>
Exigível a longo prazo (50 parcelas)		<u>108.149</u>	<u>86.780</u>
Total		<u>108.149</u>	<u>86.780</u>

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
2012	25.956	20.829
2013	25.956	20.829
2014	25.956	20.829
2015	25.956	20.829
2016	4.325	3.464
Total	<u>108.149</u>	<u>86.780</u>

2.5.9. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Ações	<u>Depósitos Judiciais</u>		<u>Provisões</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Circulante				
Fiscais	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>2340</u>	<u>0</u>
Trabalhistas	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>447</u>
Exigível a longo prazo				
Trabalhistas	377	537	1.009	635
Fiscais	964	1.009	14	2.506
Cíveis	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1.299</u>	<u>915</u>
	<u>1.341</u>	<u>1.546</u>	<u>2.322</u>	<u>4.056</u>
Total	<u>1.341</u>	<u>1.546</u>	<u>4.662</u>	<u>4.503</u>

De acordo com a expectativa de êxito, no entendimento da consultoria jurídica Sbaraini Direito Empresarial, a Companhia não está constituindo provisão para pagamento de diferenças devidas de PIS e COFINS, no montante aproximado de R\$ 40.758 mil, conforme processos nº. 11080-014.351/2008-37 e 11080-721.627/2010-51, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Ainda conforme entendimento de expectativa de êxito pela consultoria jurídica Sbaraini, a Companhia não está constituindo provisão para pagamento do lucro inflacionário acumulado em 31/12/1995, no montante aproximado de R\$ 965.362 mil, conforme processo n 11.080.006.710/2004-59, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.

Foram provisionados os honorários de sucumbência contra a Companhia no valor de R\$ 2.340 mil, cuja origem é o processo nº 11080-007.266/2003-16 junto à PGFN, execução fiscal federal 2006.71.00.047343-7-RS.

2.5.10. Tributos Federais a Recolher: R\$ 22.641 mil (R\$ 12.540 mil em 2010)

Deste total, R\$ 22.488 mil (R\$ 12.347 mil em 2010) refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da lei n.º 11.941/09 relativo à IRPJ inscrito em dívida ativa.

De acordo com o entendimento da consultoria jurídica Sbaraini Direito Empresarial, tendo classificado o processo nº 11080-007.266/2003-16 junto à PGFN como perda provável, foi provisionado o restante da dívida em mais R\$ 13.545 mil (R\$ 12.087 mil em 2009) totalizando-se em 28.110 mil.

2.5.11. Patrimônio Líquido

2.5.11.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 235.430 mil (R\$ 235.430 mil em 2010), representado por 4.693.999.235 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado é de R\$ 268.593 mil (R\$ 268.593 mil em 2010).

2.5.11.2. Remuneração do Capital Próprio

O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre o capital próprio fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reserva de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados, conforme Lei nº 9.249,95 (Redação dada pela Lei nº 9.430, de 1996). No entanto, a Companhia apresentou no exercício de 2011 um prejuízo contábil de 16.929 mil.

2.5.11.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. As reavaliações da Companhia ocorreram em 2004, em terrenos e terras; e em prédios de uso e residenciais no montante de R\$ 9.196 mil; no ano de 2005 foram reavaliados equipamentos de produção no montante de R\$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de R\$ 12.169 mil (R\$ 12.472 mil em 2010) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para prejuízos acumulados, no montante de R\$ 460 mil (R\$ 472 mil em 2010).

2.5.12. Demonstração do Resultado

- a) Despesas Financeiras - R\$ 45.406 mil (R\$ 15.097 mil em 2010), tendo como valores mais significativos, R\$ 15.891 mil (R\$ 11.878 mil em 2010), correspondente a despesas c/financiamento permanente em moeda estrangeira e R\$ 29.515 mil correspondente a juros e atualizações monetárias.

Durante o exercício de 2011 a CRM negociou junto ao seu acionista controlador, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Junta de Coordenação Financeira da Secretaria da Fazenda/RS, um processo de capitalização dos créditos que o Estado detinha junto à CRM oriundos de avais honrados e juros sobre o capital próprio pendentes desde 2004 e sua respectiva atualização monetária. Em decorrência desta negociação, foram reconhecidas no balanço deste exercício, despesas financeiras no montante de R\$ 27.361mil. Este processo deverá ser finalizado durante o exercício de 2012, após a promulgação da respectiva Lei.

- b) Receitas Financeiras - R\$ 2.375 mil (R\$ 1.928 mil em 2010), tendo como valor mais relevante, R\$ 2.327 mil (R\$ 1.860 mil em 2010), relativo a rendimento de aplicações caixa único e atualizações monetárias;

- c) Outras Receitas - R\$ 4.565 mil (R\$ 3.117 mil em 2010), tendo como valores mais relevantes a reversão de provisão para indenizações - R\$ 3.635 mil (R\$ 1.112 mil em 2010) e multa contratual - R\$ 2.131 mil (R\$ 1.921 mil em 2010) e a conta retificadora de PIS/COFINS – R\$ 1.218 mil (R\$ 187 mil em 2010);

2.5.13. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	587	0
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.559	0

2.5.14. Provisão para Impostos Diferidos

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Reserva de reavaliação		18.401	18.861
Contribuição social	9%	1.656	1.697
Imposto de renda	15%	2.760	2.829
Adicional imposto de renda	10%	<u>1.816</u>	<u>1.862</u>
Provisão impostos diferidos		<u>6.232</u>	<u>6.388</u>

2.5.15. Ajustes para fins de comparabilidade

O valor de (R\$ 328) mil corresponde aos processos trabalhistas, liquidados em 2010, assim como o valor de (R\$ 339) mil referentes a ajustes tributários, ambos não reconhecidos no respectivo exercício.

2.5.16. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

2.5.17. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Plano de previdência complementar	1.139	895

2.5.18. Mudança de Estrutura da Demonstração do Resultado

A Companhia está apresentando uma nova Demonstração do Resultado comparativo de 2011/2010 onde estamos incluindo o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme CPC 26, Resolução do CFC nº 1185, item 82.

Dessa forma a demonstração do Resultado Financeiro Líquido que até as demonstrações anteriores, ou seja, comparativo 2010/2009 posicionava-se dentro das Despesas/Receitas Operacionais e antes do Lucro do exercício antes da reversão da provisão, atualmente encontra-se entre o Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras e o Lucro do exercício antes da reversão da provisão.

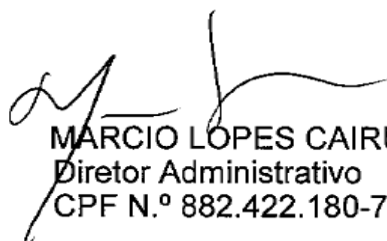
2.5.19. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)

O montando a ser distribuído será de 3,00% (três por cento) do Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras – RO a/RFL positivo, no montante de R\$ 29.122 mil, sendo assim provisionados para fins de participação dos empregados no resultado (PLR) o valor de R\$ 874 mil, condicionados à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

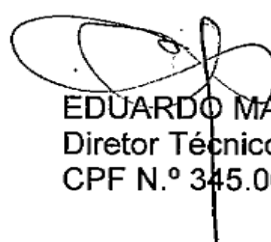
Porto Alegre, 14 de março de 2012



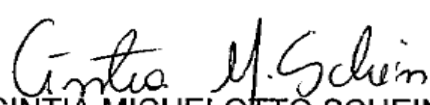
ELIFAS MARJOM KERLLER SIMAS
Diretor Presidente
CPF N.º 252.982.750-87



MARCIO LOPES CAIRUGA
Diretor Administrativo
CPF N.º 882.422.180-72



EDUARDO MARTINS MEDEIROS
Diretor Técnico
CPF N.º 345.068.969-04



CINTIA MICHELOTTTO SCHEIN
Contadora CRC/RS 69.410/O-0
CPF N.º 763.863.410-15

3. Parecer dos Auditores Independentes

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE
31 DE DEZEMBRO DE 2011.**

Eldorado do Sul, 09 de março de 2012.

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM) é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

www.Audilink.com.br

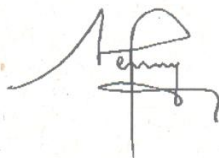
Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A Companhia mantém conta credora no Imobilizado, no montante de R\$ 38.876 mil, oriundo de provisão para perda registrada em decorrência de avaliação patrimonial datada de 1997, do quê os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão.

Por indisponibilidade de indicação no relatório suporte do jurídico interno da Companhia, quanto à probabilidade individual de perda entre remota, possível e provável, não foi possível analisar a adequação das provisões Cíveis e Trabalhistas, no montante de R\$ 1.299 mil e R\$ 1.008 mil, respectivamente,

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a efeitos que possam advir do assunto descrito no parágrafo **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), em 31 de dezembro de 2011, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/T/SP/F/RS
NÉLSON CÂMARA DA SILVA
CONTADOR CRC/RS-23584/T/SP/S/RS

Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

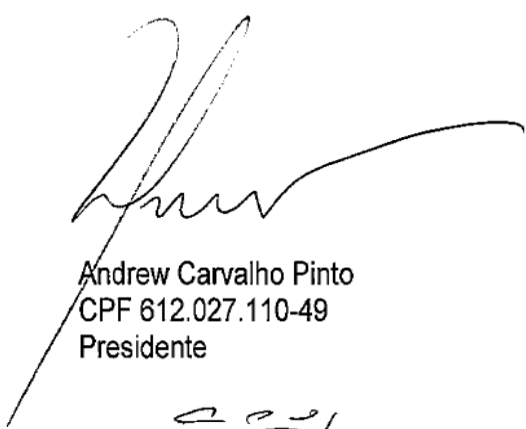
Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

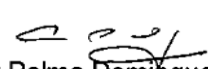
4. Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2011 e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datado de 09 de março de 2011, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.



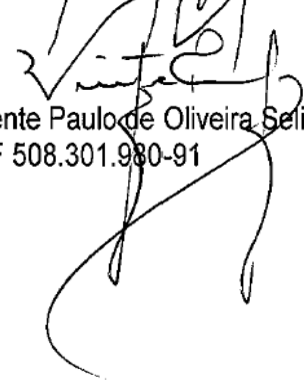
Andrew Carvalho Pinto
CPF 612.027.110-49
Presidente



Cleber Palma Domingues
CPF 406.044.540-15



Álvaro Rodrigo Woiciechoski da Silva
CPF 700.398.870-49



Vicente Paulo de Oliveira Seixtre
CPF 508.301.980-91

5. Manifestação do Conselho de Administração

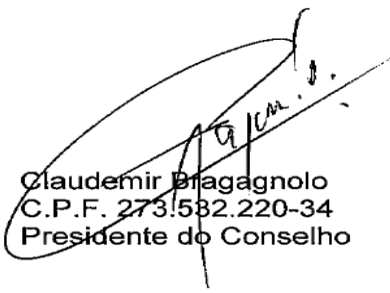


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

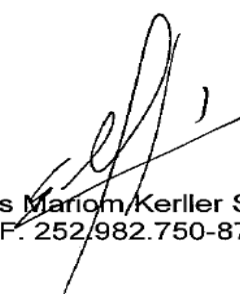
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado, em reunião nesta data, o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2011, ante os esclarecimentos prestados pelo Contador da Companhia e considerando o parecer dos auditores independentes, HLB Audilink Auditores & Consultores e do Conselho Fiscal, todos se manifestando favoravelmente às Demonstrações Financeiras da CRM, entende que sejam as mesmas apreciadas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

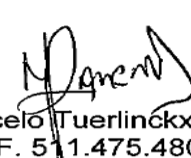
Porto Alegre, 14 de março de 2012.



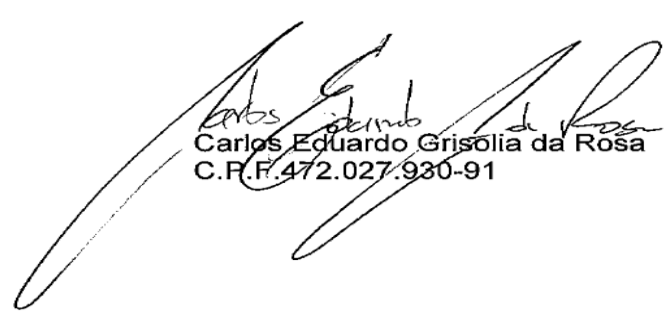
Claudemir Bragagnolo
C.P.F. 273.582.220-34
Presidente do Conselho



Elifas Marim/Kerller Simas
C.P.F. 252.982.750-87



Marcelo Tuerlinckx Danéris
C.P.F. 511.475.480-72



Carlos Eduardo Grisolia da Rosa
C.P.F. 472.027.930-91